



Cobrança pelo uso da água: Atualização de valores e conversão em projetos

| Página 14



FÓRUM
MUNDIAL
DA ÁGUA

| Página 6



GESTÃO
INTEGRADA
PARA A BACIA

| Página 10

CONSCIENTIZAÇÃO QUE TRANSFORMA!



A educação ambiental pode ajudar na manutenção das nossas águas. Por isso, o CEIVAP criou o CEIVAP na Escola. O projeto levará às escolas da Bacia do Paraíba do Sul um material didático para crianças, adolescentes e educadores, que destaca a importância da água para a vida. Algumas instituições receberão o material impresso e as demais poderão ter acesso aos arquivos digitais, que estarão disponíveis no site do Comitê.



CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO
DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARAÍBA DO SUL
SP | RJ | MG

AGEVAP

AGÊNCIA DE BACIA



www.ceivap.org.br

facebook.com/ceivap

www.agevap.org.br

facebook.com/agevap

(24) 3355-8389

Rua Elza da Silva Duarte, nº 48, Loja 1, Manejo | Resende/RJ – CEP: 27520-005

Avanços na Bacia do Paraíba e intercâmbio sobre a gestão da água



Raissa Galdino

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) encerra o ano de 2018 com uma importante meta alcançada: a atualização da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia do Paraíba do Sul. Nesta 10ª edição da revista, apresentamos um balanço histórico do processo de implementação da cobrança, como seus valores são definidos e reajustados e quem são os principais usuários de recursos hídricos na região.

O ano também foi marcado pela realização do 8º Fórum Mundial da Água. O Brasil sediou um dos maiores eventos da área de gestão de recursos hídricos, mobilizando milhares de pessoas com um interesse comum: a água! O CEIVAP, enquanto Comitê de uma bacia hidrográfica federal, não poderia deixar de participar e acompanhar os debates, trocas de experiências e compartilhamento de ideias, envolvendo atores do mundo todo. O Fórum também é tema desta edição – aqui registramos nossa participação e os principais desdobramentos do evento.

Ainda nesta edição da “Pelos Águas do Paraíba”, o CEIVAP abre espaço para os comitês estaduais, afluentes da Bacia, compartilharem projetos de referência em suas regiões hidrográficas. Além disso, o artigo “Planejamento e gestão de bacias hidrográficas” e uma dica de turismo na Bacia do Paraíba do Sul.

Boa leitura!

Monica Porto
Presidente do CEIVAP



EXPEDIENTE

Publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A)
Manejo, Resende/RJ / CEP: 27520-005
(24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@agevap.org.br

Presidente: Monica Porto

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
do Estado de São Paulo (SSRH/SP)

Vice-presidente: Matheus Machado Cremonese
ONG Programa de Educação Ambiental (PREAMG)

Secretário: Eduardo Schlaepfer Ribeiro Dantas
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
(CEDAE/RJ)

Coordenação Técnica:

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica
do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP
CNPJ: 05.422.000/0001-01
Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A)
Manejo – Resende/RJ / Cep: 27520-005
(24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração: Jaime Teixeira Azuly

Presidente do Conselho Fiscal: Sinval Ferreira da Silva

Diretor-Presidente: André Luis de Paula Marques

Diretora Administrativo-Financeira: Maria Alice Corrêa Gomes

Diretora DIGAI: Aline Raquel de Alvarenga

Diretora DIGEA: Juliana Gonçalves Fernandes

Produção:

Prefácio Comunicação
Rua Dr. Sette Câmara, nº 75
Luxemburgo - Belo Horizonte - MG
(31) 3292-8660 / CEP: 30380-360
www.prefacio.com.br

Editora e Jornalista responsável: Ana Luiza Purri (MG 05523 JP)

Coordenação: Débora Santana

Redação: Raíssa Galdino

Projeto Gráfico: Bruno Fernandes

Diagramação e Infografia: Taynná Pizarro

Edição e Revisão: Alexandre Magalhães

Fiscalização e Acompanhamento:

Aline Raquel de Alvarenga
Júlio César da Silva Ferreira
Marcelo Alves

Impressão:

Coan Indústria Gráfica
Tel.: (48) 3631-9000

Tiragem:

3.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



SUMÁRIO

BRASIL SEDIA 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Página 6

PANORAMA DOS PROJETOS DO CEIVAP

Página 8

CEIVAP E COMITÊS AFLUENTES: GESTÃO INTEGRADA PARA A BACIA

Página 10

COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA: ATUALIZAÇÃO DE VALORES E CONVERSÃO EM PROJETOS

Página 14

CEIVAP PARTICIPA DO 20º ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Página 20

JUIZ DE FORA SEDIA III SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO PARAÍBA

Página 21

CDTASA INCENTIVA PROJETOS E PESQUISAS NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL

Página 22

PORTAL DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

Página 23

PORTAL “ÁGUAS DO RIO” APRIMORA E AMPLIA INFORMAÇÕES SOBRE USUÁRIOS

Página 24

DOCUMENTÁRIO CONTA HISTÓRIAS SOBRE O PARAÍBA DO SUL

Página 25

CEIVAP NA ESCOLA MOBILIZA ALUNOS E PROFESSORES EM SEU EVENTO PILOTO

Página 26

PANORAMA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

Página 28

CONHEÇA O REGLA

Página 30

A BACIA DE PONTA A PONTA: CUNHA E SUAS ÁREAS VERDES

Página 32



PROJETOS

PÁGINAS 8 E 9



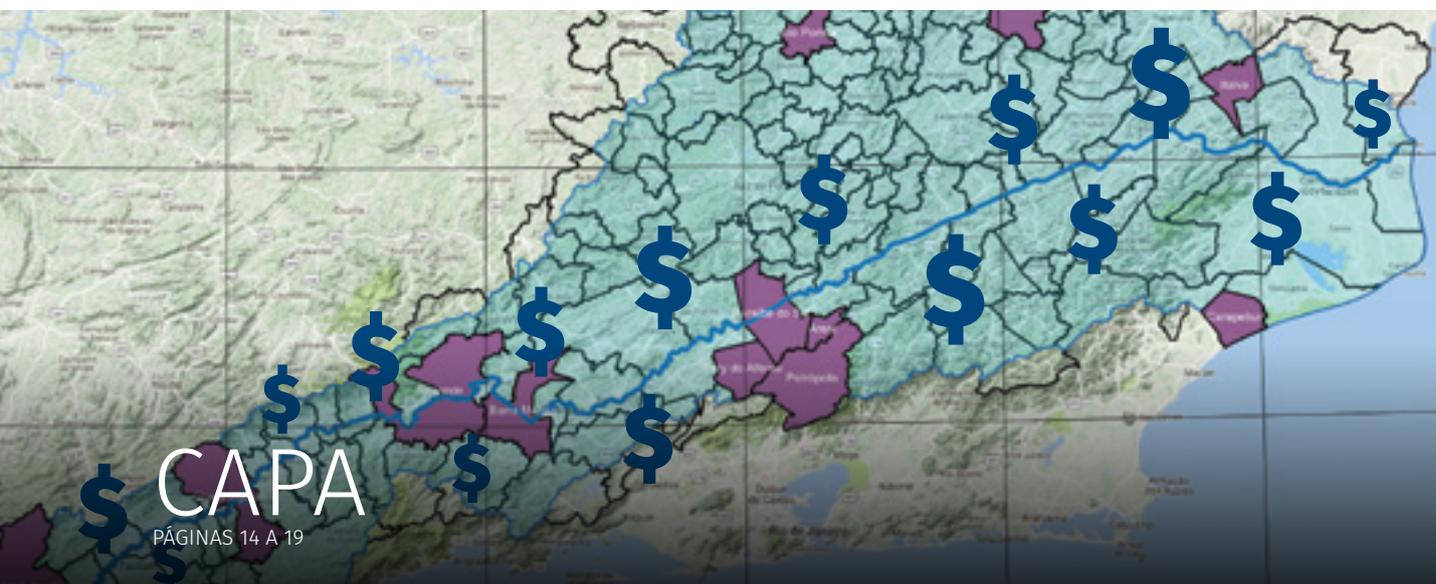
DESTAQUE
PÁGINAS 6 E 7



INTEGRAÇÃO
PÁGINAS 10 A 13



ARTIGO
PÁGINAS 28 E 29



CAPA
PÁGINAS 14 A 19



Brasil sedia 8º Fórum Mundial da Água



EVENTO ATRAIU CERCA DE 120 MIL PESSOAS E FOI CONSIDERADO O MAIOR JÁ REALIZADO DESDE SUA PRIMEIRA EDIÇÃO

Realizado pela primeira vez no hemisfério sul, o 8º Fórum Mundial da Água constituiu um marco histórico no âmbito da gestão hídrica no Brasil, além de uma oportunidade única para a troca de ideias e soluções entre atores do mundo todo. Com o tema central “Compartilhando a Água”, o evento reuniu aproximadamente 120 mil pessoas de 172 países diferentes em Brasília, entre os dias 17 e 23 de março deste ano.

O objetivo foi promover o diálogo e contribuir para ampliar o uso racional e sustentável do recurso. É organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água, juntamente com o país e a cidade anfitriã.

Entre os temas abordados nesta edição, tiveram destaque a segurança hídrica das populações, mudanças climáticas, desastres naturais, crises de abastecimento, conservação da água

e do solo, saneamento básico, educação ambiental, água transfronteiriça, redes de monitoramento, governança das águas, entre outros.

Desta vez, o evento ofereceu uma estrutura inédita aos participantes, que fez bastante sucesso: a Vila Cidadã. Diariamente, o espaço concentrou uma série de atividades interativas para dezenas de escolas do Distrito Federal, além de crianças, jovens e famílias que passaram por lá.

Em 2021, Dakar, capital do Senegal, será a anfitriã da nona edição do Fórum, que terá como tema central “Segurança hídrica para a paz e para o desenvolvimento”. As sete edições anteriores foram realizadas em Marrakesh (Marrocos, 1997), Haia (Holanda, 2000), Kyoto (Japão, 2003), Cidade do México (México, 2006), Istambul (Turquia, 2009), Marselha (França, 2012) e Gyeongju e Daegu (Coreia do Sul, 2015).

CEIVAP na Feira do Fórum Mundial da Água

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) acompanhou toda a programação do Fórum, representado por seus membros e sua diretoria, que compuseram uma comitiva de 12 participantes. Do dia 18 a 23 de março, o estande do Comitê permaneceu aberto na Feira do Fórum, no Estádio Mané Garrincha. Cerca de 100 mil pessoas, dentre elas 40 mil crianças, visitaram o espaço, que era aberto e gratuito.

Para o secretário do Comitê, Eduardo Dantas, os resultados não poderiam ter sido melhores, considerando a visibilidade que o CEIVAP alcançou durante o Fórum. “Milhares de visitantes passaram pela Feira. Pessoas de todas as idades buscaram informações, tiraram dúvidas, jogaram o quiz de recursos hídricos e assistiram aos vídeos. Foi uma troca boa e muito importante.”

O Fórum no contexto da Bacia

O vice-presidente do Comitê, Matheus Cremonese, expôs suas impressões acerca do que viu nas palestras. “Para mim, fica nítido que a água agora é um ponto de pauta imprescindível para todos os governos, países e pessoas com que tive oportunidade de conversar. As mesas redondas e apresentações que acompanhei sinalizaram que não tem como voltar atrás, ou seja, nas décadas seguintes teremos que discutir as questões relacionadas à água com muito mais ênfase.”

O representante do Comitê também expôs seu ponto de vista em relação aos entes envolvidos na gestão de recursos hídricos na Bacia do Paraíba. “Em termos de Brasil, da estrutura da qual faço parte, enxergo um arranjo institucional bem formatado, com atores bem escolhidos e um elenco bastante interessante.”



Da esquerda para direita: Matheus Cremonese, Heversor Vieira, Eduardo Araújo e Cláudio Amaral



Da esquerda para direita: Eduardo Dantas, Rosa Formiga e Roberto Machado

DESDOBRAMENTOS DO FÓRUM

DECLARAÇÃO MINISTERIAL

Ministros e chefes de delegações de mais de 100 países assinaram a Declaração Ministerial do 8º Fórum Mundial da Água. Intitulado “Chamamento urgente para uma ação decisiva sobre a água”, o documento reconhece que as nações precisam tomar medidas para enfrentar os desafios relacionados ao recurso natural e ao saneamento.

CARTA DE BRASÍLIA

Juizes que participaram do 8º Fórum Mundial da Água aprovaram a Carta de Brasília. O documento apresenta dez diretrizes para o reconhecimento do acesso à água como direito fundamental. Foi a primeira vez que o Poder Judiciário participou de uma das edições do evento.



PROJETOS

Panorama dos projetos do CEIVAP

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA NA EXECUÇÃO DE AÇÕES

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), por meio de seu Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o horizonte de 2017 a 2020, previu investimentos da ordem de R\$ 196.113.619,00 em programas de gerenciamento de recursos hídricos, recuperação da qualidade ambiental e proteção e aproveitamento dos recursos hídricos na área de abrangência da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

O Plano de Aplicação Plurianual do Comitê funciona como instrumento de planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com recursos da cobrança. O PAP propicia investimento em ações estruturais e estruturantes, visando a otimização da aplicação dos recursos, o aperfeiçoamento da gestão e a melhoria da qualidade e disponibilidade da água na Bacia do Paraíba do Sul.

As ações do PAP estão em conformidade com os programas de investimentos previstos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul 2007-2020, com os cadernos de ações de cada uma das sete unidades de planejamento e gestão, no que tange aos três estados da área da Bacia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, e com os indicadores dos contratos de gestão firmados entre a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

Os recursos para investimento nas ações do PAP apoiam a elaboração de estudos, planos e projetos, bem como intervenções para proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de comunicação, educação ambiental, mobilização e capacidade téc-

nica com foco em recursos hídricos. Os recursos estão sendo investidos prioritariamente em:

- Subsídio ao disciplinamento da atividade mineral;
- Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação Qualificada;
- Programas de Educação Ambiental;
- Programa de Mobilização Participativa;
- Coleta e tratamento de esgotos domésticos (nível secundário) – inclui a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), sendo prioritária a elaboração do PMSB para os municípios da Bacia que não o possuem;
- Coleta e disposição de resíduos sólidos urbanos – incluem a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- Monitoramento Hidrológico Quali-Quantitativo e Sistemas de Previsão e Alerta de Cheias;
- Plano Diretor de Drenagem Urbana e Projetos de Macrodrenagem;
- Melhoria do sistema de abastecimento de água;
- Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos – tem por objetivo a criação de um Sistema de Informações Geográficas e a inclusão de informações cartográficas e geoambientais da Bacia, com o intuito de subsidiar a tomada de decisão;
- Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente;
- Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra
- Estudo de Avaliação Ambiental Integrada - AAI das bacias dos rios Muriaé, Pomba, Piabanha e Paraibuna, afluentes do rio Paraíba do Sul;
- Elaboração de projeto para remediação de lixões em municípios fluminenses;
- Projeto para remoção, transporte e destinação final de macrófitas.





Oficina de PMGIRS, realizada em junho



Participantes do Workshop PSA Hídrico, em Resende-RJ, realizado em março

Projetos em destaque

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA-HÍDRICO)

O projeto de PSA Hídrico prioriza a execução de ações de conservação e restauração florestal para proteção dos recursos hídricos na Bacia do Paraíba do Sul, priorizando cerca de 140 propriedades rurais, distribuídas entre os municípios conveniados ao programa.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Educação Ambiental com foco em recursos hídricos tem como meta fortalecer a educação ambiental na Bacia, promovendo a capacitação profissional para elaboração e gestão de projetos na área de educação voltada ao meio ambiente.

PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

Os planos consistem em uma importante ferramenta de planejamento para os municípios, que, de acordo com as diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei nº 11.445/2007), devem abranger quatro áreas específicas: resíduos sólidos, abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Os planos consistem na elaboração de projetos de remediação de lixões, aporte de recursos para obras ou atividades de operacionalização dos Planos e financiamento de obras.

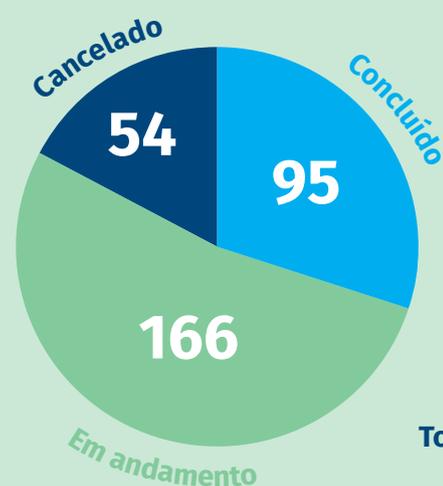
PROTRATAR

O Programa de Tratamento de Águas Residuárias (Protratar) é uma iniciativa cujo objetivo é aportar recursos para implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios localizados na Bacia.

SIGA CEIVAP

O Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (SIGA-CEIVAP) foi criado para auxiliar a tomada de decisões no processo de gestão da Bacia. O sistema subsidia o monitoramento e acompanhamento de dados e informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos hídricos.

RESUMO DOS PROJETOS EM NÚMEROS



Total 315



CEIVAP e comitês afluentes: gestão integrada para a Bacia

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES EM PROL DA RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS MANANCIASIS

Os comitês possuem papel fundamental na gestão das águas da Bacia do Paraíba do Sul. Com atuação integrada e participativa, eles incentivam, promovem e financiam projetos, programas e ações para recuperação da qualidade ambiental, proteção e aproveitamento dos mananciais hídricos.



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAÍBA DO SUL - TRECHO PAULISTA

Pagamento por Serviços Ambientais com foco em Recursos Hídricos (PSA Hídrico)

O CEIVAP destinou R\$ 9 milhões, oriundos da cobrança pelo uso da água na Bacia, ao programa de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em Recursos Hídricos (PSA Hídrico). O PSA Hídrico tem o intuito de incentivar a adoção de uma política de proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo, com prioridade para a execução de práticas de conservação e restauração florestal. No trecho paulista da Bacia, foram contemplados dois municípios: São José dos Campos e Guaratinguetá.



Acervo AGEVAP



Município: São José dos Campos/SP

Microbacia: Ribeirão das Couves

Recursos: R\$ 1.593.361,98

52,18 ha de restauração

164,23 ha de conservação

Município: Guaratinguetá/SP

Microbacia: Ribeirão Guaratinguetá

Recursos: R\$ 1.009.184,28

38,17 ha de restauração





COMITÊ MÉDIO PARAÍBA DO SUL Raio X do Esgotamento Sanitário

- Conhecer a situação do esgotamento sanitário dos 19 municípios da sua área de atuação;
- Estimular os governos municipais, em especial as novas equipes gestoras, a conhecerem em detalhes os dados referentes ao esgotamento sanitário de seu município;
- Conhecer as iniciativas já realizadas, em execução ou em fase de planejamento em cada município;
- Criar um mecanismo de integração entre as instituições de ensino e pesquisa da região com os governos municipais, baseado na temática do esgotamento sanitário;
- Criar um banco de informações sobre o status do esgotamento sanitário rural e urbano na área de atuação do Comitê.



Para gerar o Raio X, nós organizamos uma oficina, convidamos os 19 municípios da área de abrangência da região hidrográfica do Médio Paraíba, chamamos as instituições de ensino e pesquisa da região e reunimos os representantes do Comitê. Foi um momento muito rico para todos os participantes. Aproximamos a universidade, que é a responsável pela formação de profissionais que atuam na área ambiental, da realidade local e das prefeituras. Por meio da troca e do compartilhamento de experiências e ideias, pudemos chegar a um diagnóstico, consolidado em relatório, que está disponível no site do Comitê.



JOSÉ ARIMATEA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO COMITÊ
MÉDIO PARAÍBA DO SUL



COMITÊ BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA Sala de Monitoramento



Desde 2016, o CBH BPSI vem estruturando sua Sala de Monitoramento, buscando entender e acompanhar melhor os eventos em sua bacia hidrográfica. Já foram investidos cerca de R\$ 60 mil na compra de equipamentos. O objetivo é realizar um levantamento das microbacias da região hidrográfica e monitorar a qualidade de suas águas, além de gerar um banco de dados composto de registros históricos e atuais. Todo esse arcabouço de informações permitirá ao Comitê ter um conhecimento maior de sua bacia e auxiliará nos processos de gestão e tomada de decisão.



INTEGRAÇÃO



COMITÊ PIABANHA

Projeto Monitoramento de rios na Região Hidrográfica Piabanha



O Comitê Piabanha, ciente de suas atribuições, iniciará o monitoramento da calha principal do rio com vistas ao enquadramento por trechos. O monitoramento será efetuado em 10 pontos, com coletas mensais durante um ano. Serão medidas as vazões nos pontos e avaliados 16 parâmetros de qualidade das águas. Em um segundo momento, o Comitê pretende, assim que for possível, expandir as coletas e a avaliação da qualidade das águas para as microbacias afluentes.

RAFAELA FACCHETTI

PRESIDENTE DO COMITÊ PIABANHA



COMITÊ RIO DOIS RIOS

Produção do documentário

"Caminho das Águas - Do Caledônia a Atafona"

O Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios (CBH-R2R) lançou, no dia 22 de março, em Nova Friburgo/RJ, o documentário "O Caminho das águas - do Caledônia a Atafona". Produzido pelo Comitê e pela Luau TV, o filme aborda aspectos da Região Hidrográfica Rio Dois Rios, bem como sua bacia hidrográfica.

O documentário começa no alto do Caledônia, onde nasce o Rio Grande, e percorre os municípios da região até chegar a Atafona, no município de São João da Barra, onde suas águas encontram o mar. De acordo com os produtores, o filme retrata os aspectos ambientais, econômicos, sociais e demográficos da região.

A narrativa também apresenta o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e destaca o Comitê de Bacia Hidrográfica como um importante ator para ações de melhoria da qualidade e quantidade da água dentro de uma região hidrográfica. O documentário está disponível no YouTube e pode ser acessado no link youtube.com/watch?v=vmsycsdYX7U.



Acervo AGEVAP

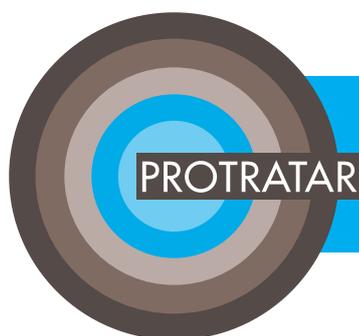
Lançamento do documentário *Caminho das Águas*, em Nova Friburgo/RJ



COMITÊ PRETO PARAIBUNA E COMITÊ POMBA MURIAÉ

Protratar

Os municípios mineiros de Juiz de Fora e Muriaé foram contemplados pelo Programa de Tratamento de Águas Residuárias (Protratar). Financiado pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), o Protratar tem como objetivo aportar recursos para implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em localidades da área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.



Juiz de Fora

R\$ 4.243.525,33



Muriaé /MG

R\$ 2.773.937,36

Para o município de Juiz de Fora serão destinados R\$ 2.546.115,20, que, somados aos R\$ 1.697.410,13 que serão aportados pelo município a título de contrapartida, totalizarão R\$ 4.243.525,33. Este montante será aplicado no projeto de ampliação da coleta de esgoto no sistema Barbosa Lage, para tratamento em ETE já existente.



ETE Barbosa Lage, em Juiz de Fora

Para o município de Muriaé /MG serão destinados R\$ 1.622.352,59, que, somados aos R\$ 1.151.584,77 que serão aportados pelo município a título de contrapartida, totalizarão R\$ 2.773.937,36. Este montante será aplicado nos projetos de implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Distritos de Itamuri e Belizário.



Cobrança pelo uso da água: atualização de valores e conversão em projetos



Diretoria do CEIVAP em reunião plenária que tratou de assuntos referentes a cobrança

APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DA METODOLOGIA DE COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL IRÁ DESENCADENAR MAIS INVESTIMENTOS EM PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Diante dos eventos naturais observados nos últimos anos, tanto na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, quanto em outras regiões do país, está mais do que constatado que a água é um recurso finito. Em função de condição como essa, de escassez em quantidade e qualidade, a água deixou de ser um bem livre e passou a ter valor econômico. Incentivar e promover a consciência ambiental frente à racionalização desse recurso, bem como investir em programas e intervenções em prol da preservação e conservação dos mananciais, se tornou prioritário.

Pioneira no cenário nacional da gestão de recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Paraíba do Sul teve início em março de 2003, estabelecida após a consolidação de um pacto entre os poderes públicos, setores usuários

e as organizações civis representadas no âmbito do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), com objetivo de melhorar a quantidade e a qualidade das águas.

Após sua implantação, a última atualização de valores da cobrança havia acontecido em 2014, até que o Comitê deu início a novas discussões acerca da atualização da metodologia da cobrança na Bacia. Foi nesse contexto, após uma série de estudos, alinhamentos e debates, que, em abril de 2018, a plenária do CEIVAP aprovou a atualização do Preço Público Unitário (PPU), componente da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação. A medida foi oficializada recentemente pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).



A cobrança pelo uso da água é um instrumento extremamente importante para gestão de recursos hídricos, e tem essa importância porque representa um instrumento econômico que visa mudar comportamento por meio de um mecanismo de preço. O propósito é que na medida que você tenha que pagar por um bem que você usa, automaticamente a tendência seja de usar menos, portanto, gastar menos. Isso pode ser chamado de mudança de comportamento via mecanismo de preço. Essa é a essência da cobrança: induzir uma mudança de comportamento por um processo de pagamento.

A cobrança tem um benefício duplo: ao mesmo tempo que ela tem esse poder de indução de comportamento, o recurso arrecadado serve para financiar ações, de uma maneira geral, que beneficiem os próprios usuários que pagam pela água. Como é um mecanismo de preço, é muito claro que ela tenha que sofrer uma atualização, por duas razões: a primeira é porque todo mecanismo econômico que tem um preço associado a ele precisa ser corrigido de acordo com a inflação e outros índices. E a segunda é que, além disso, precisa ser corrigido porque a Bacia vai exigir novos investimentos. Não tem como fixar um preço e manter aquele preço por muito tempo.

O CEIVAP foi pioneiro na implantação da cobrança no Brasil, então é natural que na época não tenha sido claramente estabelecido um mecanismo de correção desses valores. Por isso, o Comitê demorou certo tempo para corrigir o valor da cobrança, aprovado neste ano. Se não há reajuste, a cobrança vai perdendo a função de instrumento econômico, de ser uma indução de comportamento. Além disso, os projetos que precisam ser financiados e a manutenção do sistema de gestão de recursos hídricos que é, segundo a lei, feita com base na cobrança, também exigem um aumento de valor. Afinal, as obras vão custando cada vez mais, a manutenção do sistema vai tendo seu preço aumentado, o que torna natural que haja necessidade do ajuste.

O sistema de gestão de recursos hídricos é participativo. Por essa característica, a cobrança resultou de um processo amplamente negociado na Bacia, e, por fim, o Comitê conseguiu chegar a um acordo que atendeu as expectativas, que não tem um impacto excessivo sobre o usuário, mas corrige o valor arrecadado para que o sistema continue prestando os serviços que devem ser prestados, tanto na questão dos investimentos na Bacia, quanto na manutenção do próprio sistema".



Raíssa Galdino

MONICA PORTO | PRESIDENTE DO CEIVAP



Atualização dos valores foi aprovada pela Deliberação CEIVAP nº 259/2018

ASPECTOS DA LEI DAS ÁGUAS

Instituída no ano de 1997, com a Lei Federal nº 9.433, a cobrança pelo uso da água é um dos principais instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos. A cobrança visa arrecadar recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos, aprovados no âmbito dos comitês de bacia, e também responsáveis por estabelecer diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Cabe aos comitês estabelecer os

mecanismos de cobrança e sugerir os valores a serem cobrados.

Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos são aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e objetivam o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos da bacia em questão e o pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.



Acreditando no modelo idealizado de gestão descentralizada por bacia, o CEIVAP decidiu iniciar, de forma pioneira, a cobrança pelo uso da água bruta em 2003. Seu exemplo foi posteriormente seguido por outras bacias federais e estaduais no país, em particular no Estado do Rio de Janeiro, cuja cobrança foi regulamentada e iniciada no ano seguinte. Neste ano de 2018, sua deliberação de atualizar os valores praticados deve ser celebrada como mais um passo no fortalecimento da gestão integrada da Bacia do Paraíba do Sul, sobretudo por acompanhar um movimento de valorizar as águas da Bacia e por disponibilizar mais recursos financeiros para investimentos em ações de recuperação e conservação das águas compartilhadas por três estados da federação.



MOEMA VERSIANI

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO

EVOLUÇÃO DOS MECANISMOS E VALORES

Os mecanismos e valores atuais de cobrança estão estabelecidos na Deliberação CEIVAP nº 259/2018 aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. São cobrados os usos de captação, consumo e lançamento de efluentes de usuários sujeitos à Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos com captação de água superior a 1,0 l/s.

Tipo de uso	Unidade	Valor (R\$)	
		2017	2018(1)
Captação de água bruta	R\$/m ³	0,0109	0,0112
Consumo de água bruta	R\$/m ³	0,0218	0,0224
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,0763	0,0784

(1) Considerando os efeitos da Resolução CNRH nº 192, de 26 de janeiro de 2018.



1996

Decreto Federal 1.842 cria o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP).

2000

Deliberação CEIVAP 2/2000 aprova o Programa Inicial de Investimento para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

2003

Deliberação CEIVAP 20/2003 operacionaliza a aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Paraíba do Sul.

1997

Lei 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas, dá origem à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

2001

Deliberação CEIVAP 8/2001 aprova a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul.

2005

Deliberação CEIVAP 52/2005 define metodologia e critérios para a cobrança pelo uso das águas captadas, derivadas e transpostas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu.

Arrecadação

Desde a sua implementação, em 2003, até o último balanço consolidado, em 2017, a cobrança pelo uso da água na Bacia do Paraíba do Sul arrecadou cerca de R\$ 98 milhões. Os valores arrecadados com a cobrança são integralmente repassados pela ANA para a AGEVAP, por meio do Contrato de Gestão nº 014/2004, com base na Lei nº 10.881/2004. Cabe à AGEVAP desembolsar os valores com a cobrança nas ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia e conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do CEIVAP.

Fonte: Agência Nacional de Águas

¹ Recursos da cobrança repassados pela ANA para a AGEVAP. Diferenças observadas entre os valores arrecadados com a cobrança e o repasse constituem montante a serem repassados no exercício seguinte.

² Recursos efetivamente aplicados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos planos de recursos hídricos da bacia, assim como no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo da entidade delegatária (limitado a 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança).

³ Enquanto não há o desembolso do repasse, são gerados rendimentos financeiros.

⁴ Inclui recursos cujas ações estão em execução.

⁵ No período 2003/2004, parte dos recursos arrecadados com a cobrança foram aplicados diretamente pela ANA, pois a figura do contrato da gestão com entidades delegatárias surgiu somente com a Medida Provisória 165/04.

⁶ Os recursos arrecadados, e seus respectivos rendimentos não desembolsados pela ANA, foram repassados para AGEVAP.

⁷ Apesar de não serem oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, os recursos relativos ao Projeto de Revitalização do Rio Barra Mansa (R\$ 214.497,93) foram repassados via Contrato de Gestão e estão contabilizados como repasse.

⁸ Em 2012, incluí-se o repasse do valor que vinha sendo depositado em juízo pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – R\$ 14.421.441,49.

Fonte: Relatórios do Contrato de Gestão.

2014

Atualização dos valores da cobrança pelo uso da água na área de atuação do CEIVAP é aprovada.

2017

Aprovação do Termo de Referência (TdR) para contratação de empresa especializada para Elaboração de Estudos visando o Aprimoramento da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

2016

Dispositivos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu são alterados.

2018

Aprovação da atualização do Preço Público Unitário (PPU) da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, por meio da deliberação do CEIVAP nº 259/2018.

Repasse dos Recursos Arrecadados com a Cobrança e Desembolso, em R\$

Ano	Repasse ¹	Desembolso ²	% Desembolso ¹	Rendimentos ²	% Desembolso ¹¹	Saldo ⁴
	A	B	B/A	C	B/(A+C)	
ANA⁵						
2003 ⁶		4.939.757				
2004 ⁶		85.156				
Total		5.024.913				
AGEVAP						
pós set/2004	6.510.640	193.136	3%	95.739	3%	6.413.243
2005	6.202.793	1.910.526	31%	1.105.407	26%	11.810.916
2006	6.558.796	2.975.187	45%	1.435.300	37%	16.829.825
2007	7.328.670	6.760.942	92%	1.797.425	74%	19.194.978
2008 ⁷	7.501.849	3.084.028	41%	1.934.593	33%	25.547.393
2009 ⁷	10.616.287	3.798.060	36%	1.942.974	30%	34.308.593
2010 ⁷	12.465.242	3.117.326	25%	2.403.419	21%	46.059.929
2011 ⁷	12.822.303	3.385.942	26%	3.689.635	21%	59.185.926
2012 ⁸	21.803.194	8.080.417	37%	4.768.109	30%	77.676.811
2013	12.452.626	22.098.530	177%	4.972.958	127%	73.003.865
2014	10.697.108	12.450.902	116%	5.714.036	76%	76.964.107
2015	11.865.248	14.438.552	122%	6.316.850	79%	80.707.653
2016	11.036.014	8.742.512	79%	9.231.062	43%	92.232.217
2017	11.644.334	12.499.818	107%	6.671.092	68%	98.047.825
Total	149.505.104	103.535.878	69%	52.078.599	51%	98.047.825



CEIVAP participa do 20º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas

EVENTO DEBATEU FUTURO DA GESTÃO DA ÁGUA NO PAÍS E O DESAFIO DOS COLEGIADOS FRENTE AOS 30 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS



Dos dias 20 a 24 de agosto, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) participou, por meio de sua diretoria e de membros do colegiado, do 20º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), em Florianópolis/SC. O evento teve como tema central “O Futuro da Água: Desafios dos Comitês na Terceira Década da Política Nacional de Recursos Hídricos.”

A abertura oficial reuniu autoridades e atores do sistema de gerenciamento de recursos hídricos do país. No dia 21, o diretor-presidente da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), André Marques, foi um dos convidados da mesa de diálogo “Comitês no processo de fomento à inovação social na prevenção de desastres oriundos de eventos externos”, quando apresentou aos presentes o Sistema de Infor-

mações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (SIGA-CEIVAP).

Uma feira foi montada no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique Silva e o CEIVAP, junto com o Comitê Guandu, comitês afluentes fluminenses e mineiros da Bacia do Paraíba do Sul, além dos demais comitês do Estado do Rio de Janeiro, mantiveram um estande aberto durante todo o evento para atender ao público. No local, o vice-presidente do CEIVAP, Matheus Cremoneze, e o secretário, Eduardo Dantas, apresentaram as linhas de investimento do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do Comitê, que prevê projetos para a Bacia do Paraíba do Sul até 2020, e detalharam o funcionamento da Escola de Projetos, iniciativa pioneira em gestão de águas.

“Precisamos pensar na escassez hídrica, e os comitês de bacia são o palco central para que essas discussões aconteçam e para que dali repercutam as demandas a serem tratadas e as diretrizes traçadas”, afirma Matheus. Ele também considera a necessidade de antecipação frente a eventos extremos outro assunto relevante. “É uma preocupação e é parte do que os comitês de bacia precisam tratar. Temos muito trabalho a ser feito, muito a dar andamento nesse sentido.”

Um dos principais objetivos do ENCOB é possibilitar que os comitês de bacias hidrográficas identifiquem oportunidades e desafios para a promoção da gestão integrada das águas, de forma participativa e descentralizada, com o intuito de garantir a efetiva sustentabilidade dos recursos hídricos.

Juiz de Fora sedia III Simpósio de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba

DIRETORIA DO CEIVAP FAZ BALANÇO DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Em sua terceira edição, o Simpósio de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul teve como tema central a “Sustentabilidade Hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul: desafios atuais e futuros”. O evento, realizado de 27 a 29 de agosto, em Juiz de Fora/MG, reuniu cerca de 300 participantes, entre técnicos, pesquisadores e estudantes.

Na abertura do simpósio, o vice-presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Matheus Cremoneze, falou aos presentes. Matheus destacou a oportunidade de envolver representantes de outros comitês e instituições e da população em debates sobre a gestão na Bacia. “O simpósio colocado é fonte de informação técnica precisa, clara e objetiva, para subsidiar ações e projetos de recuperação ambiental.”

Para o diretor-presidente da AGEVAP, André Marques, a possibilidade de interligar meio técnico e acadêmico na busca de soluções para os desafios e problemas enfrentados atualmente explicam o sucesso do evento. “Esse é o espaço ideal para compartilhar ideias e experiências. Vimos trabalhos muito interessantes, que irão enriquecer tecnicamente debates e planejamentos futuros”, salienta.

O Comitê apoiou e patrocinou o evento, que consolidou parcerias e deu fôlego novo à rede de pesquisa em recursos hídricos e meio ambiente de bacias hidrográficas, importante suporte ao processo de gestão das águas na Bacia do Paraíba do Sul.



Projetos e pesquisas realizados na região foram apresentados nas mesas-redondas, sessões plenárias e painéis que compuseram a programação. A presidente do CEIVAP, Monica Porto, foi uma das convidadas de mesa redonda dedicada ao tema gestão da qualidade da água. Em sua exposição, ela abordou o desafio de enquadrar corpos d’água em bacias interestaduais e enfatizou: “Enquadramento é bom senso.”



CDTASA incentiva projetos e pesquisas na Bacia do Paraíba do Sul



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE ÁGUAS E SANEAMENTO AMBIENTAL RESULTOU DE PARCERIA ENTRE AGEVAP, CEIVAP, PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E UNIVERSIDADES

Para incentivar a realização de pesquisas e projetos de inovação e impacto em sua área de abrangência, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), por meio de sua secretaria executiva, a Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), em parceria com o Parque Tecnológico de São José dos Campos, idealizou o Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Águas e Saneamento Ambiental (CDTASA).

Sua sede foi inaugurada no dia 8 de junho de 2018, com a presença de representantes de órgãos ligados à gestão hídrica, ambientalistas, empresas que atuam na área e instituições de ensino e pesquisa. Na abertura da cerimônia, o Diretor-presidente da AGEVAP, André Marques, disse que a ideia central é buscar caminhos diferentes para avançar em projetos que contribuam para recuperação, preservação e conservação da Bacia. “Estamos começando pequeno, mas os planos são grandes. A expectativa é que possamos chegar a ser referência nacional”, pontuou.

A consolidação do CDTASA se deu mediante a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, que reuniu esforços do Parque Tecnológico, CEIVAP, AGEVAP e Prefeitura de São José dos Campos/SP, Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) e Faculdade de Tecnologia Prof. Jessen Vidal, de São José dos Campos (FATEC). Com a integração, o CDTASA terá condições de impulsionar iniciativas voltadas ao desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e industrial, no âmbito da gestão de recursos hídricos e saneamento ambiental.

Wanderley de Abreu representou o CEIVAP naquela data, quando relatou que as intervenções diretas na Bacia do Paraíba, em âmbito federal, têm gerado impacto, especificamente, em situações emergenciais. “As atividades que serão desenvolvidas no CDTASA vão impactar positivamente nas ações diárias referentes à gestão de recursos hídricos na Bacia como um todo”.

Portal da Qualidade das Águas

AMBIENTE VIRTUAL É DESTINADO À DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DAS ÁGUAS NO BRASIL

O Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA) é uma iniciativa da Agência Nacional de Águas (ANA), cujo objetivo principal é sistematizar dados e ampliar o conhecimento sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil, visando orientar a elaboração de políticas públicas para a recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água, contribuindo assim com a gestão sustentável dos recursos hídricos.

Dados sobre recursos hídricos, sejam de quantidade ou qualidade, devem ser públicos. É preciso disponibilizar não somente os dados, bem como as avaliações referentes a eles, transformando tudo em informação que poderá ser utili-

zada pela sociedade. Por meio do Portal da Qualidade das Águas (pnqa.ana.gov.br), pretende-se criar um canal fixo de divulgação das informações sobre qualidade de água, com a disponibilização de relatórios periódicos consolidando as avaliações de qualidade de água em âmbito nacional e no âmbito das Unidades da Federação.

Participam do PNQA a ANA, como instituição coordenadora e executora das atividades de âmbito nacional; os órgãos estaduais de meio ambiente e de gestão de recursos hídricos que aderirem ao Programa, como executores das atividades regionais; universidades e instituições de pesquisa; e demais entidades interessadas.

OBJETIVOS DO PNQA

- Eliminar as lacunas geográficas e temporais no monitoramento de qualidade de água
- Tornar as informações de qualidade de água comparáveis em âmbito nacional
- Aumentar a confiabilidade das informações de qualidade de água
- Avaliar, divulgar e disponibilizar à sociedade as informações de qualidade de água

O PNQA ESTÁ ESTRUTURADO EM 4 COMPONENTES:

Componente A: Rede Nacional de Monitoramento

- Implementar, ampliar e otimizar a distribuição geográfica da rede de monitoramento da qualidade de água;
- Tornar adequadas as frequências de monitoramento;
- Garantir a sustentabilidade financeira do sistema de monitoramento.

Componente B: Padronização

- Acordar parâmetros mínimos de qualidade de água a serem monitorados por todas as Unidades da Federação;
- Padronizar, entre as Unidades da Federação, os procedimentos de coleta, preservação e análise das amostras de qualidade de água.

Componente C: Laboratórios e Capacitação

- Ampliar o controle de qualidade dos laboratórios envolvidos em análises de qualidade de água;
- Capacitar pessoas envolvidas como o monitoramento e análise de qualidade de águas.

Componente D: Avaliação da Qualidade da Água

- Criar e manter um banco de dados nacional e um portal na internet para divulgação das informações de qualidade de água;
- Avaliar sistematicamente a qualidade das águas superficiais brasileiras.

Portal “Águas do Rio” aprimora e amplia informações sobre usuários

PARCERIA ENTRE INEA E UERJ TAMBÉM CAPACITOU COMITÊS DE BACIA EM 2018

Resultado de uma parceria entre o Instituto Estadual do Ambiente (Inea/SEA) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o projeto “Águas do Rio” visa a regularização dos usos de recursos hídricos em bacias estratégicas e o aprimoramento da base de dados de usuários no Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa teve início em julho de 2016, com recursos do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas da Agência Nacional de Águas (Progestão/ANA).

O “Águas do Rio” contempla estudos de consistência da base de dados disponível; ações de capacitação nos comitês de bacia do Estado do Rio de Janeiro; produção de material de divulgação e orientação; ações de comunicação e articulação com atores-chave. O aprimoramento da base de dados de usuários cadastrados tem permitido o refinamento e a unificação das informações, tornando a gestão dos recursos hídricos mais confiável. Até o momento, já foram analisados 6.311 registros, o que permitiu a eliminação de cadastros duplicados e inconsistentes.

Dentro da estratégia traçada, foi produzida a cartilha Águas do Rio: cuidando das nossas águas, lançada oficialmente em fevereiro, durante a primeira reunião ordinária do projeto em 2018. A publicação, que está sendo distribuída em todas as regiões hidrográficas do Estado, contém informações sobre o uso e a disponibilidade de água, orientações sobre como se registrar no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) e demais procedimentos para a regularização do uso da água. Outra ação é a capacitação de gestores, técnicos e usuários para o uso do novo CNARH, lançado recentemente pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Acesse o site (www.aguasdorio.org.br)



CAPACITAÇÕES REALIZADAS

Região Hidrográfica I (RH I)

Baía da Ilha Grande

Região Hidrográfica II (RH II)

Guandu

Região Hidrográfica III (RH III)

Médio Paraíba do Sul

Região Hidrográfica IV (RH VI)

Piabanha

Região Hidrográfica V (RH V)

Baía de Guanabara

Região Hidrográfica VI (RH VI)

Lagos São João

Região Hidrográfica VII (RH VII)

Rio Dois Rios

Região Hidrográfica VIII (RH VIII)

Macaé e Rio das Ostras

Região Hidrográfica IX (RH XI)

Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Documentário conta histórias sobre o Paraíba do Sul

FILME PERCORRE OS 1.150 KM DO RIO E ENCONTRA PERSONAGENS DA NASCENTE ATÉ A FOZ

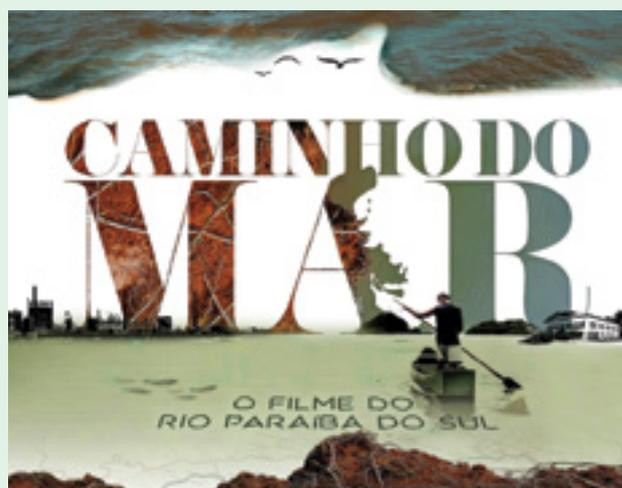
Produzido pela Bang Filmes, com direção e roteiro de Beбето Abrantes e produção de Juliana de Carvalho, o documentário “Caminho do Mar” conta a história do rio Paraíba do Sul. O filme aborda aspectos socioambientais da Bacia, fazendo o percurso da nascente, no município de Areias/SP, até sua foz, na praia de Atafona, em São João da Barra/RJ.

Pelas lentes de Andrès Boero Madrid e trilha sonora original de João Viana, o documentário convida a uma viagem pelas águas do rio, destacando sua importância histórica, econômica e sociocultural. Com 86 minutos de duração, o *fluvial movie* chama atenção para os problemas ambientais ao longo do curso do rio. Ao passar por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o filme desperta a sensibilidade e a consciência em torno da necessidade de manter um olhar atento aos problemas que envolvem o Paraíba do Sul e sua bacia hidrográfica.

No mês de março, “Caminho do Mar” foi premiado pelo Ministério do Meio Ambiente da Coreia do Sul, durante o Green Film Festival, em Brasília/DF, realizado simultaneamente ao 8º Fórum Mundial da Água. O filme, cujo nome vem de um verso do poema “O Rio”, de João Cabral de Melo Neto, foi lançado oficialmente em 7 de junho de 2018, durante a Semana do Meio Ambiente.

O rio paulista, mineiro e carioca

O rio Paraíba do Sul resulta da confluência do rio Paraibuna, cuja nascente está situada no município de Cunha/SP, e do rio Paraitinga,



que nasce em Areias, a 1.800 metros de altitude, percorrendo 1.150 quilômetros até desaguar no Oceano Atlântico, no norte fluminense, na praia de Atafona.

Totalizando uma área de drenagem de aproximadamente 62.074 km², a Bacia do Paraíba do Sul está localizada na região sudeste do Brasil e percorre 184 municípios situados nos maiores polos industriais e populacionais do país. Os principais usos da água na Bacia se destinam ao abastecimento público, diluição de esgotos, geração de energia hidrelétrica, indústria, irrigação e, em menor escala, pesca, aquicultura, recreação e navegação.

Aproximadamente 14,5 milhões de pessoas se abastecem das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul – 1,6 milhão no Estado de Minas, 2 milhões em São Paulo e 10,9 milhões no Rio de Janeiro –, em função da transposição do Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu.





CEIVAP na Escola mobiliza alunos e professores em seu evento piloto



AÇÃO FOI REALIZADA NA CIDADE DE RESENDE, SEDE DO COMITÊ, ENVOLVENDO ESTUDANTES DE ESCOLAS MUNICIPAL E PÚBLICA DA REGIÃO

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) realizou, no dia 21 de novembro, no Colégio Aplicação, em Resende/RJ, o evento piloto referente ao “CEIVAP na Escola”. A iniciativa consiste em um trabalho junto aos municípios inseridos na Bacia do Paraíba do Sul, por meio de suas secretarias de Educação, para distribuição de material educativo a alunos e educadores das redes pública e priva-

da, com a realização de atividades de capacitação e sensibilização.

A abertura do evento contou com a presença de representantes da diretoria do Comitê, da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), da Escola Municipal Noel de Carvalho, do Colégio Aplicação e da Secretaria de Educação de Resende. Para Matheus Cremonese, vice-presidente do CEIVAP, disseminar

a ideia de educação ambiental por meio de ações como essa é fundamental. “Dar um passo para dentro da escola leva o Comitê para outro cenário, traz novos atores e nos leva a um novo público. Começa a ter uma sinergia diferenciada no modo de enxergar a gestão de recursos hídricos e a Bacia, com as crianças, jovens e professores, que são um dos principais formadores de opinião”.

Resende foi escolhida para receber o evento piloto por ser a sede do Comitê e, também, uma das cidades contempladas anteriormente com editais de programas de Educação Ambiental do CEIVAP. Alunos e professores do Colégio Aplicação e da Escola Municipal Noel de Carvalho estiveram reunidos para atividades direcionadas, como oficinas de educação ambiental, prática em laboratório, teatro e contação de histórias. Educadores também receberam materiais especializados para serem trabalhados em sala de aula.

Para o superintendente da Secretaria de Educação da cidade, Mario José Dias, o CEIVAP vem acrescentar para o município e as escolas contempladas. “É a introdução de um projeto na escola, que com o intuito de sensibilizar não apenas os alunos, mas também os educadores e toda a comunidade escolar”, salientou.

Cartilhas do CEIVAP na Escola

O material educativo é composto por quatro cartilhas elaboradas por profissionais especializados das áreas comunicacional, didático-pedagógica e técnico-ambiental, conforme as diretrizes curriculares do MEC e considerando os diferentes perfis etários para a devida abordagem dos temas em sala de aula. Este material poderá ser usado de forma livre pela instituição que o receber, para fins educativos e de conscientização sobre o tema, junto a estudantes e a sociedade em geral.



Panorama da gestão de recursos hídricos no Brasil

VERA LÚCIA TEIXEIRA

Bióloga



"A Gestão de Recursos Hídricos, no contexto brasileiro, foi bem desenhada, mas apresenta-se um pouco lenta sua efetivação (...) A cobrança pelo uso dos recursos hídricos, por exemplo, não é praticada em todo território e tampouco o enquadramento dos corpos de água em classes."

O Brasil é um país considerado rico em quantidade de água. Há 20 anos, possui uma lei conhecida como a lei das águas, a 9433/9. Mas, apesar do grande avanço, existem ainda alguns desafios a serem enfrentados, uma vez que a distribuição hídrica no território nacional é desigual.

As informações aqui externadas trazem bastante da minha vida. Venho de movimentos sociais na década de setenta e na década de oitenta, quando comecei a participar de movimentos ambientais e, em todos os grupos de que participei, desenvolvíamos ações para recuperação do rio Paraíba do Sul. Com a Constituição de 1988, que amplia os movimentos sociais e ambientais, a criação do CEIVAP, em 1996, começou efetivamente a trabalhar a integração dos rios estaduais com o rio federal, junto com a Lei 9433, que descentraliza a gestão das águas e confere valor econômico à água. Comecei a participar do CEIVAP e vi uma oportunidade de lutar pela recuperação do rio Paraíba do Sul de

forma mais efetiva. Ao longo desses anos, tivemos muitos avanços e ainda temos muitos desafios a enfrentar.

A água, apesar de ser um recurso abundante no Brasil, não se encontra distribuída de forma homogênea. Segundo o informe 2016 da Conjuntura de recursos hídricos (BRASIL, 2016, p. 23): “Passam pelo território brasileiro, em média, cerca 260.000 m³/s de água, dos quais 205.000 m³/s estão localizados na Bacia do Rio Amazonas, restando para o restante do território 55.000 m³/s de vazão média.”

Na busca de planejar a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelecer uma base organizacional por bacias hidrográficas como unidade de gerenciamento, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, por meio da Resolução 32, de 15 de outubro de 2003, estabeleceu a divisão hidrográfica. No entanto, a Gestão das Águas no Brasil, buscando a preservação, proteção e o seu devido uso, já acontece há algum tempo.

Podemos perceber isso pela evolução dos decretos e leis que foram editados no país, como o código das águas, Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934[1], no livro II, Aproveitamento das Águas, Título I, Águas comuns de todos, Capítulo Único, no artigo 34, que registra: “É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de águas, para as primeiras necessidades da vida, se houver caminho público que a torne acessível”. E, no artigo 35: “Se não houver este caminho, os proprietários marginais não podem impedir que os seus vizinhos se aproveitem das mesmas para aquele fim, contanto que sejam indenizados dos prejuízos que sofrerem com o trânsito pelos seus prédios”.

Na Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu Capítulo II, Da União, artigo 21, inciso XIX, a preocupação com a gestão das águas se faz presente: “Instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direito de uso” e, em seu Capítulo VI, Do Meio

Ambiente, artigo 225, ressalta-se: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem pelo uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p. 20, 99, 100).

Podemos perceber, então, que a Constituição Federal começa a desenhar a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil. Quase dez anos depois, em janeiro de 1997, com a publicação da Lei 9433, se dá a regulamentação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com várias inovações, tendo alguns princípios fundamentais básicos.

Em 1998, registra-se a regulamentação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, por meio do decreto 2612, de 3 de junho de 1998, um órgão consultivo e deliberativo. Em 17 de julho de 2000, é criada a Agência Nacional de Águas – ANA, pela lei 9984, com a responsabilidade de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos. O artigo terceiro define sua autonomia e vinculação com o Ministério de Meio Ambiente – MMA. Fica criada a Agência Nacional de Águas - ANA, autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (BRASIL, 2001, p. 36).

Consideramos que a Gestão de Recursos Hídricos, no contexto brasileiro, foi bem desenhada, mas apresenta-se um pouco lenta sua efetivação, se levarmos em consideração que a lei 9433/97 está fazendo 20 anos e ainda não foi plenamente instalada em todo território brasileiro. A cobrança pelo uso dos recursos hídricos, por exemplo, não é praticada em todo o território e tampouco o enquadramento dos corpos de água em classes, nas áreas onde já existe a cobrança.





Conheça o REGLA

NOVO SISTEMA FEDERAL DE REGULAÇÃO DE USO FACILITA O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO

A Agência Nacional de Águas (ANA) lançou, no final do ano passado, o Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA). Por meio dele, os interessados em captar água ou lançar efluentes em corpos hídricos de domínio da União (interestaduais, transfronteiriços e reservatórios construídos com recursos federais) poderão solicitar a outorga de direito de uso de recursos hídricos para a ANA via internet. A outorga emitida pela instituição segue sendo gratuita.

Com o REGLA, a Agência visa tornar o processo de solicitação de outorga e a análise do pedido pela instituição mais ágeis. Isso será possível porque as solicitações serão realizadas via internet e por interferência (captação, lançamento, barramento etc.) simultânea ao cadastramento do uso de recursos hídricos a ser outorgado. Também será reduzida a necessidade de envio de documentos em papel

para a ANA para interferências da maior parte das finalidades de uso da água. O REGLA integra o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

A partir das informações apresentadas pelo usuário de recursos hídricos, o REGLA poderá estimar a quantidade de água necessária para o empreendimento a ser outorgado. Havendo aceitação dos valores estimados e dependendo do nível de comprometimento do corpo hídrico e do porte ou tipo do empreendimento, o Sistema fará o processamento eletrônico da solicitação de outorga e o resultado será publicado em poucas semanas. Caso o usuário não concorde com a estimativa, ele deverá fornecer informações mais detalhadas do seu empreendimento e a sua solicitação de outorga será submetida a processamento manual pelos especialistas da ANA.

Com o REGLA, o usuário de recursos hídricos pode:

Solicitar a regularização dos usos de recursos hídricos a partir do registro das interferências nos corpos de água de domínio da União (captações, lançamento de efluentes, barramentos, desvios etc.). Dependendo do caso, a regularização poderá se dar por meio de:

- Outorga de direito de uso de recursos hídricos;
- Outorga preventiva de uso de recursos hídricos;
- Declaração de regularidade de usos da água que independem de outorga (uso insignificante);
- Declaração de regularidade de serviços não sujeitos à outorga;
- Declaração de regularidade de interferências não sujeitas à outorga.

Acompanhar a tramitação do seu processo de outorga.

Administrar diversas solicitações de outorga simultaneamente, com acesso aos pedidos feitos e aos atos decorrentes (resoluções, declarações de uso insignificante e de interferência não sujeita a outorga).

SNIRH

O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) é um dos instrumentos de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, conhecida como Lei das Águas. Trata-se de um amplo sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos, bem como fatores intervenientes para sua gestão.

Informações disponíveis

Divisão hidrográfica, quantidade e qualidade das águas, usos de água, disponibilidade hídrica, eventos hidrológicos críticos, planos de recursos hídricos, regulação e fiscalização dos recursos hídricos e programas voltados à conservação e gestão dos recursos hídricos.

Sistemas que compõem o SNIRH

- Sistemas para gestão e análise de dados hidrológicos;
- Sistemas para regulação dos usos de recursos hídricos;
- Sistemas para planejamento e gestão de recursos hídricos.



A bacia de ponta a ponta: Cunha e suas áreas verdes

PRÓXIMO À NASCENTE DO RIO PARAÍBA DO SUL, A CIDADE DE CUNHA, NO INTERIOR PAULISTA, SE DESTACA PELAS BELAS PAISAGENS E FAZ DIVISA COM PRAIAS E MONTANHAS

A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul possui 184 municípios distribuídos em uma área de aproximadamente 62.074 km², que, além de abranger os maiores polos industriais e populacionais do país, contempla as mais belas e diversas paisagens, reservas naturais, rios, lagos e mares, passando também por cidades extremamente urbanizadas. A extensão da Bacia abrange 88 municípios no Estado de Minas Gerais, 57 no Rio de Janeiro e 39 em São Paulo.

Próxima à nascente do rio Paraíba do Sul, em Areias/SP, no Alto Paraíba, está localizada a cidade de Cunha, com cerca de 21.866 habitantes, uma área total de 1.410 km², com colinas e montanhas entre as serras da Quebra-Cangalha, da Bocaina e do Mar. Sua altitude média é de 1.100 metros e os pontos mais altos são o Pico da Pedra da Macela (1.840 metros) e o Pico do Cume

(1630 metros). O clima é temperado e seco, com variações de temperatura de -3 a 15 °C no inverno e de 15 a 25 °C no verão.

Cunha faz divisa com Ubatuba, São Luiz de Paraitinga, Lagoinha, Guaratinguetá, Lorena, Silveiras, Areias, São José de Barreiro, no Estado de São Paulo, e Angra dos Reis e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro. Duas grandes atrações - e principais áreas verdes protegidas - são o Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Cunha e o Parque Nacional da Bocaina. Cachoeiras e trilhas que cortam a Mata Atlântica são os cenários que caracterizam a cidade. Além da água e do verde, o clima temperado e o solo rico proporcionam condições ideais para o cultivo de flores em Cunha, que podem ser vistas espalhadas pelas estradas, em jardins ou como plantação comercial. Os lavandários são famosos pela cidade.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR

Sua sede está situada em Cunha, localizada a cerca de 250 km da cidade de São Paulo.

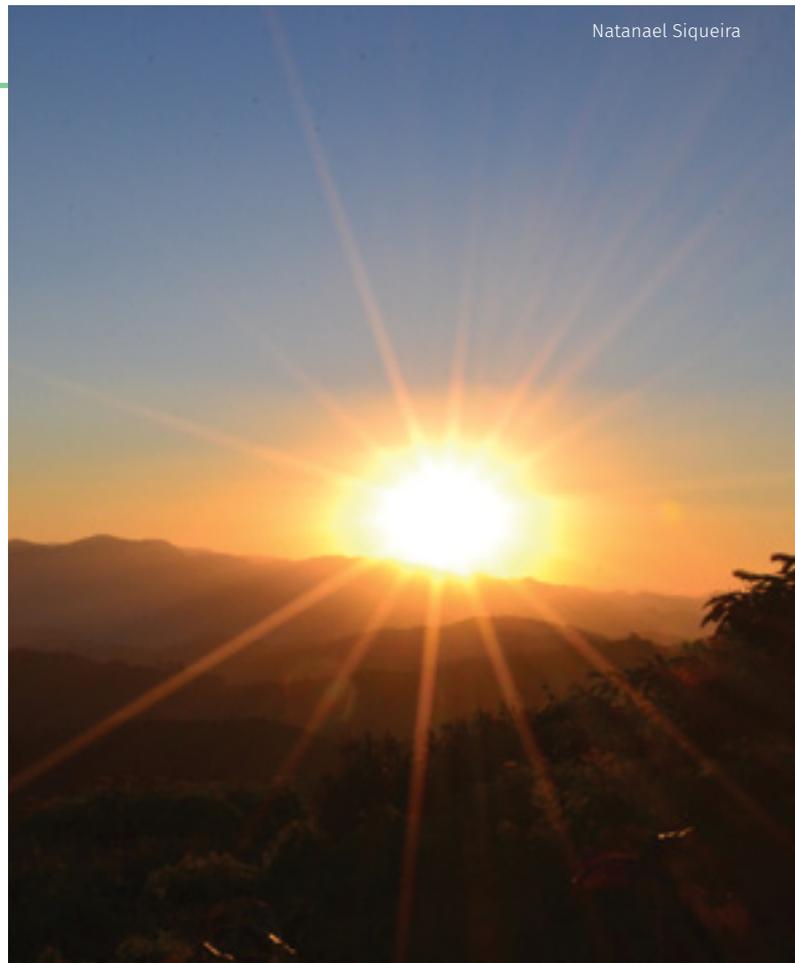
O Núcleo Cunha foi criado em 1977, com a inauguração do Parque Estadual Serra do Mar. Localizado no extremo norte, sua área total corresponde a 13,3 mil hectares e abriga uma das porções de maior biodiversidade em todo o parque. Em seu território são encontrados remanescentes de matas nebulares e espécies características de regiões com grandes altitudes.

O Núcleo Cunha contribui na regulação da qualidade do ar e do clima, na proteção dos morros, encostas e solos, na polinização, no turismo, além de proporcionar lazer e bem-estar aos visitantes e moradores do entorno. Suas florestas preservadas abrigam mananciais importantes para o abastecimento de água das cidades do Vale do Paraíba e mesmo do Rio de Janeiro. Diversos rios cortam o Núcleo, como o Rio Bonito, o Rio Ipiranguinha e o Rio Paraibuna. Este, juntamente com o Rio Paraitinga, dá origem ao Rio Paraíba do Sul.

O município é conhecido também pelas tradições da cultura caipira e por um importante centro produtor de cerâmica artesanal. A economia é voltada para a pecuária leiteira e de corte (cultura do milho, feijão, batata), produção de pinhão, cogumelos Shiitake e peixe (trutas), artesanato local e cerâmica de arte. Cunha possui uma elaborada gastronomia, com produtos regionais como a truta, o pinhão, o cordeiro e o Shiitake. É repleta de pousadas charmosas, com ótima infraestrutura e também se destaca pela diversidade dos ateliês de cerâmica espalhados pela cidade.

Festas regionais e culturais atraem visitantes de todos os cantos: Festa do Divino, Festival de Verão e Fuscunha, Carnaval de Rua, Cavalaria de São Benedito, Festa do Pinhão, Festival de Inverno, “Acordes na Serra”, Festival Gastronômico do Cordeiro Serrano, Expocunha, Festival de Cerâmica e Natal Luz.

Natanael Siqueira



Pôr-do-sol na serra de Cunha





Plantação de Lavandas, em Cunha

COMO CHEGAR: Chegando à cidade de Cunha, passar portal de entrada da cidade e seguir até o Km 56,2, pegar a estrada do bairro do Paraibuna e seguir 20 Km de estrada não pavimentada.

O QUE ENCONTRAR:

MATA DE ARAUCÁRIA

Os visitantes têm a oportunidade de ver de perto uma das árvores mais importantes do Brasil, a Araucária ou Pinheiro-Brasileiro.

CACHOEIRA DA LAJE (RIO BONITO)

A Cachoeira da Laje é o ponto de parada da Trilha do Rio Bonito, onde o visitante pode apreciar sua bela queda d'água.

CACHOEIRA DO IPIRANGUINHA

Este é o ponto final da Trilha das Cachoeiras. Um belo cenário para a contemplação da Mata Atlântica e banhos

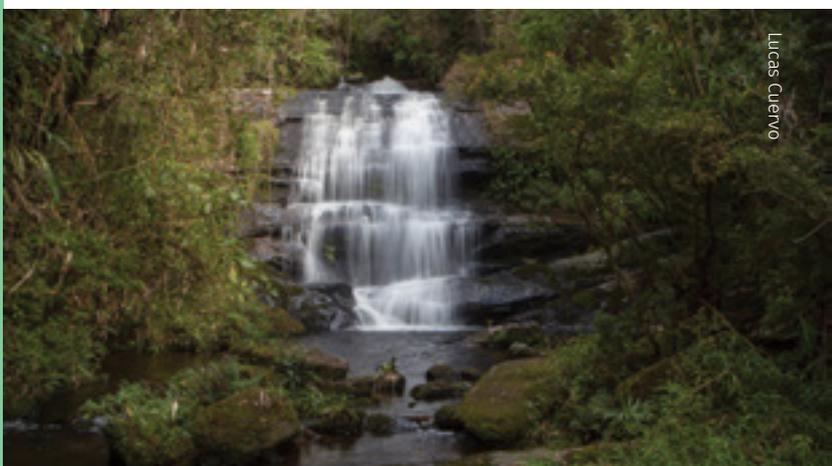
RIO PARAIBUNA CUNHA – SP

Cruzando todo o Núcleo Cunha, é uma ótima opção de banho nos seus poços, próximos ao centro de visitantes.



Sidney Monteiro

Mata de Araucária, em Cunha



Lucas Cuervo

Cachoeira do Ipiranguinha, em Cunha

QUER SABER O QUE SE PASSA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL?

NO NOSSO
APP
VOCÊ
ENCONTRARÁ:

-  AGENDA
-  NOTÍCIAS
-  COMUNICADOS
-  EDITAIS
-  SALA DE SITUAÇÃO DO SIGA CEIVAP
-  STATUS DOS PROJETOS
-  LOCALIZAÇÃO DE RIOS DA
BACIA PRÓXIMOS AO USUÁRIO
-  LISTA DE MUNICÍPIOS
-  MAPA DA BACIA
-  TELEFONES ÚTEIS
-  GLOSSÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS



**RIO PARAÍBA DO SUL
NA PALMA DA SUA MÃO!**

Disponível para IOS e Android



CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO
DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARAÍBA DO SUL

SP | RJ | MG

PRECISOU, É SÓ ACESSAR!



CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO
DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARAÍBA DO SUL
SP | RJ | MG